

Sumário

CAPÍTULO 1

Ordenamento Jurídico Processual Penal

Interpretação e Aplicação no Tempo e no Espaço	1
1. Ordenamento Jurídico Processual Penal	1
1.1. Interpretação da lei processual penal e aplicação imediata dos direitos fundamentais	3
1.2. Classificação da hermenêutica	5
1.3. Lei processual penal no espaço	6
1.4. Lei processual penal no tempo	6
1.5. Leis penais processuais mistas (ou híbridas)	7

CAPÍTULO 2

Noções Introdutórias sobre Jurisdição, Ação e Processo	11
2.1. Jurisdição	11
2.1.1. Escopo da jurisdição	12
a) Teoria do conflito e teoria da atuação do direito	12
b) Jurisdição com escopo de satisfazer pretensões (Jaime Guasp)	12
2.1.2. Pretensão e lide	13
2.1.3. Jurisdição como função realizadora dos valores constitucionais	13
2.1.4. Características	14
2.1.5. Princípio da jurisdição	14
2.2. Ação	15
a) Teorias imanentistas do direito de ação	15
b) Teoria autônoma e concreta do direito de ação	16
c) Teoria autônoma e abstrata do direito de ação	16
2.2.1. Teoria da ação de Liebman	16
2.2.2. Conceito e natureza jurídica da ação e a ação penal como dever jurídico	16
2.2.3. Condições para o regular exercício do direito de ação	18
2.3. Processo	19
2.3.1. Processo como contrato e quase contrato	19
2.3.2. Processo como relação jurídica x processo como situação jurídica	20
2.3.3. Processo como instituição	20
2.3.4. Processo como categoria autônoma	21

2.3.5. Processo como garantia fundamental (nossa posição)	21
2.3.6. Processo penal: conceito	24

CAPÍTULO 3

Desenho Constitucional do Processo Penal Brasileiro	25
3. Princípios Constitucionais do Processo Penal	27
3.1. Princípios: conceito e classificações	28
3.2. Princípio da dignidade da pessoa humana	28
3.3. Devido processo legal	31
3.3.1. Apontamentos históricos	31
3.3.2. Evolução do conteúdo do princípio	31
3.3.3. O devido processo legal – o direito ao processo justo	32
3.4. Princípio do acesso à justiça e sua tridimensionalidade	34
3.5. O princípio do juiz natural	35
3.6. Princípio da Igualdade – paridade de armas	36
3.7. Princípios do contraditório, da ampla defesa, da plenitude de defesa, da assistência judiciária e do duplo grau de jurisdição	40
3.7.1. Contraditório	40
3.7.2. Ampla defesa	41
3.7.3. Plenitude de defesa	42
3.7.4. Assistência judiciária	42
3.7.5. Princípio do duplo grau de jurisdição	42
3.8. Princípio da publicidade e da motivação	45
3.9. Princípio da duração razoável do processo	46
3.9.1. Duração razoável do processo: apontamentos históricos, conceito e natureza jurídica	46
3.9.2. Teoria do prazo fixo x teoria do não prazo	47
3.9.3. Como medir a duração razoável do processo? Critério do TEDH	51
3.9.4. Consequência pelo descumprimento do prazo razoável	54
3.9.5. As soluções compensatórias no processo penal	55
3.9.6. Duração razoável e prisão cautelar	57
3.10. Princípio da presunção de inocência e sua axiologia tridimensional	58
3.10.1. Apontamento histórico sobre a presunção de inocência	58
3.10.2. Presunção de inocência ou de não culpabilidade?	59
3.10.3. As três dimensões	60
3.10.3.1. Regra de tratamento	60
3.10.3.2. Regra de julgamento	60
3.10.3.3. Regra de garantia	61
3.11. Princípio da inadmissibilidade das provas ilícitas	62
3.12. Princípio da reserva de jurisdição	62
3.13. Direito a não autoincriminação: <i>nemo tenetur se detegere</i>	68
3.14. Outros aspectos relevantes do processo penal na Constituição	70

CAPÍTULO 4

Persecução Penal	71
4. Investigação Criminal	71
4.1. Polícia judiciária	71
4.2. Investigação criminal: Quem pode investigar?	74
4.2.1. Investigação pela polícia	74
4.2.2. Investigação pelo Ministério Público	74
4.2.3. Investigação pelas CPIs	78
4.2.4. Investigação pelos Tribunais	79
4.2.5. Peças de informação	79
4.3. Inquérito policial: natureza jurídica, finalidade e conceito	80
4.3.1. Características	80
a) Inquisitorial	80
b) Informativo	80
c) Sigiloso (sigilo interno parcial respeitando a garantia de acesso pelo defensor)	82
d) Escrito	84
e) Indisponível	85
f) Dispensável ou prescindível	85
g) Sistemático	85
h) Unidirecional	85
4.3.2. Vícios, formalidades e caráter informativo	85
4.3.3. Instauração	88
4.3.3.1. Dos atos formais de instauração	88
4.3.3.2. Notícia crime	88
4.3.3.3. VPI's (Verificação da Preliminar de Inquérito)	89
4.3.3.4. Instauração do inquérito e as espécies de ação penal	90
4.3.3.5. Recurso ao chefe de polícia	91
4.3.3.6. Instauração por requisição	91
4.3.4. Indiciamento	92
4.3.5. Desenvolvimento do inquérito policial	92
4.3.5.1. Deslocamento ao local, apreensão de objetos e buscas domiciliares	93
4.3.5.2. Oitiva do indiciado	94
4.3.5.3. A identificação do indiciado	95
4.3.5.4. Incomunicabilidade do preso	96
4.3.6. Encerramento do inquérito	97
4.3.6.1. Conclusão	97
4.3.6.2. Dos prazos	98
4.3.7. Baixa para diligências imprescindíveis	99
4.3.8. Arquivamento	100
4.3.8.1. Natureza do arquivamento	101
4.3.8.2. O controle sobre o arquivamento do inquérito policial	102

4.3.8.3. Arquivamento implícito	104
4.3.9. Desarquivamento	106
4.3.9.1. Novas provas	107
4.3.10. Inquérito policial e legislação especial	108

CAPÍTULO 5

Ação Penal	109
5.1. Ação Penal: conceito e natureza jurídica	109
5.2. Condições para o regular exercício do direito de ação	110
5.2.1. Legitimidade	112
5.2.2. Interesse de agir	113
5.2.3. Possibilidade jurídica da demanda	115
5.2.4. Originalidade	117
5.2.5. Justa causa	119
5.3. Classificação	120
5.3.1. Ação penal pública	120
5.3.1.1. Ação penal pública condicionada: as condições específicas de procedibilidade	120
5.3.1.2. Da representação do ofendido	121
5.3.1.3. Ação penal: parlamentares e chefes de governo	122
5.3.2. Da ação penal de iniciativa privada	123
5.3.2.1. Ação penal de iniciativa privada: classificação	123
a) Ação penal exclusiva ou propriamente dita	124
b) Ação penal privada subsidiária da pública	124
5.3.2.2. Ação privada e os institutos da substituição e da sucessão processual	125
5.4. Princípios que regem a ação penal pública	126
5.4.1. Princípio da obrigatoriedade e indisponibilidade	126
5.4.2. Princípios da oficialidade e da indivisibilidade	127
5.4.3. Princípio da intranscendência	127
5.5. Princípios que regem a ação penal privada	127
5.5.1. Princípios da oportunidade, da disponibilidade e da indivisibilidade	127
5.6. Denúncia, queixa e aditamento	128
5.6.1. Denúncia	129
5.6.1.1. Denúncia genérica e imputação alternativa	130
a) Denúncia genérica	130
b) Imputação alternativa	131
5.6.1.2. Qualificação do acusado, classificação do crime e rol de testemunhas	133
5.6.1.3. Outras exigências formais	134
5.6.2. Queixa	134

5.6.3. Aditamento: conceito e classificação	135
a) aditamento próprio	135
b) aditamento impróprio	136
5.6.3.1. Aditamento da denúncia	136
5.6.3.2. Aditamento da queixa	138
5.7. Prazos para denúncia e para o exercício do direito de queixa	141
5.7.1. Prazo para a denúncia	141
5.7.2. Prazo para a queixa	143
5.8. Direito de queixa e adolescente casado ou emancipado	144
5.9. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual	145
5.9.1. Antigo regramento da ação penal nos crimes contra os costumes	145
5.9.2. As antigas hipóteses do § 1º, art. 225 do CP: vítima pobre e abuso do pátrio poder	148
5.9.3. Novo regramento: ação penal nos crimes contra a dignidade sexual e a controvérsia em razão da qualificadora	150
5.9.4. Questões Intertemporais	152
5.10. Ação penal nos crimes contra a honra de funcionário público	153
5.11. Extinção da punibilidade	154
5.11.1. Prescrição, decadência e preempção	154
a) Prescrição	154
b) Decadência	156
c) Preempção e desistência	157
5.11.2. Renúncia ao direito de queixa	159
5.11.3. Perdão do ofendido	160
5.11.4. Renúncia e retratação ao direito de representação	160
5.12. Ação penal e sentença: princípio da correlação	161
5.12.1. <i>Emendatio libelli</i> e <i>mutatio libelli</i> : distinção	161
5.12.2. A dinâmica da <i>ementatio</i> e da <i>mutatio</i> no CPP e na doutrina tradicional	163
5.12.3. Nossa leitura crítica dos institutos	165
5.12.3.1. <i>Emendatio libelli</i> e seu momento processual	165
5.12.3.2. A <i>mutatio libelli</i> : juiz acusador e juiz que provoca a acusação. Inconstitucionalidades	166
5.12.3.3. Aditamento e aplicação do art. 28 do CPP	167
5.12.3.4. Superveniente alteração de legitimidade	169
5.12.3.5. Aditamento e sistema recursal	169
5.13. Ação civil <i>ex delicto</i>	170
5.13.1. Ação civil: questões controvertidas	172
a) Legitimidade do Ministério Público para ajuizar reparação civil de vítima pobre	172
b) Fixação do valor mínimo da reparação do dano	173
5.13.2. Composição civil dos danos	174

CAPÍTULO 6

Jurisdição e Competência	175
6.1. Jurisdição	175
6.2. Competência e os princípios que lhes são aplicáveis	175
a) princípio do Juiz Natural	176
b) Princípio da indisponibilidade e da tipicidade de competência	177
6.3. Estrutura do Poder Judiciário no Brasil: competências recursal e originária ...	177
6.3.1. Classificação: Justiças Comum e Especializada; Justiças Federal e Estadual	180
6.4. Da fixação da competência	183
6.4.1. Da fixação da competência de justiça	183
6.4.1.1. Competência da Justiça Federal	183
6.4.1.2. Competência da Justiça Militar Federal e Militar Estadual ...	185
6.4.1.3. Competência da Justiça Eleitoral	187
6.4.1.4. Da competência da Justiça do Trabalho para julgar <i>habeas corpus</i>	189
6.4.1.5. Competência da Justiça Estadual (comum)	189
6.4.2. Competência de foro (competência territorial)	190
6.4.3. Competência do juízo	193
6.5. Incompetências absoluta e relativa: efeitos	193
6.6. Competência por prerrogativa de função	196
6.6.1. Foro por prerrogativa e cessação do exercício da função (art. 84, § 1º, CPP)	197
6.6.2. Foro por prerrogativa e ação de improbidade (art. 84, § 2º, CPP)	198
6.6.3. Concurso aparente de normas constitucionais sobre competência ...	199
6.6.3.1. Foro por prerrogativa do Prefeito Municipal: crimes eleitorais e crimes de competência da Justiça Federal	200
6.6.3.2. Prerrogativa de função e Tribunal do Júri	201
6.6.4. Foro por prerrogativa e exceção da verdade	202
6.6.5. Prerrogativa de função nas Constituições dos Estados	203
6.7. Causas de modificação da competência: conexão, continência e desaforamento	206
a) Conexão intersubjetiva	206
b) Conexão lógica ou teleológica	207
c) Conexão instrumental ou probatória	207
6.7.1. Foro prevalente	207
6.7.2. Separação dos processos	208
6.7.3. Separação dos processos por força da Constituição e os reflexos na competência dos Juizados Especiais Criminais	210
6.7.3.1. Conexão entre júri e crime eleitoral	213
6.7.3.2. Prerrogativa de função, conexão e continência: hipóteses de separação obrigatória	214

6.7.4. Do desaforamento	216
6.8. Conexão e uniformização dos julgados	217
6.9. A <i>perpetuatio jurisdictionis</i> e sua exceção	218
6.10. Conflito de competência e conflito de atribuição	218
6.10.1. Conflito de competência	219
6.10.2. Conflito de atribuição	220
6.10.2.1. Conflito de atribuição entre membros do mesmo Ministério Público	220
6.10.2.2. Conflito de atribuição entre órgãos de Ministérios Públicos diversos	221
6.10.3. Conflito de atribuição entre autoridades judiciárias	222
6.10.4. Incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal (art. 109, V-A, CRF/1988)	223

CAPÍTULO 7

Sujeitos Processuais	227
7.1. O Juiz	227
7.1.1. Capacidade do juiz	228
7.1.2. Função, poderes e deveres	228
7.1.3. Garantias e prerrogativas	230
7.1.4. Vedações	230
7.1.5. Suspeição e impedimento	230
7.2. Das partes	231
7.2.1. Ministério Público	232
7.2.1.1. O Ministério Público na estrutura do Estado	232
7.2.1.2. O Ministério Público e seus princípios institucionais	233
7.2.1.3. O Ministério Público e sua posição na ação penal pública condenatória	235
7.2.1.4. O Ministério Público na ação penal privada e na ação privada subsidiária da pública	236
7.2.1.5. Funções do MP	237
7.2.1.6. Garantias e prerrogativas do MP	238
7.2.1.7. Impedimentos e suspeições do MP	240
7.2.1.8. Deveres e vedações do MP	240
7.2.2. Do acusado	241
7.2.3. Da defesa	243
7.2.3.1. Do advogado	244
7.2.3.2. Da Defensoria Pública e seus princípios institucionais	245
7.2.3.3. Defensoria: função, garantias, prerrogativas, deveres e vedações	247
a) Função	247
b) Garantias e prerrogativas	248

c) Impedimentos e suspeições	252
d) Deveres e vedações	253
7.3. Dos sujeitos secundários (ou coadjuvantes) do processo	253
7.3.1. Dos auxiliares da justiça	253
7.3.2. Do assistente de acusação	254

CAPÍTULO 8

Atos Processuais, Procedimentos e Questões Incidentes	257
8.1. Atos processuais	257
8.1.1. Conceito e classificação	257
8.1.2. Citação	258
8.1.2.1. Citação por mandado	259
8.1.2.2. Citação por carta	260
a) Precatórias	260
b) Rogatórias e inconstitucionalidade do art. 222-A (Lei nº 11.900/2009)	260
c) Carta de ordem	261
8.1.2.3. Citação do militar e do funcionário público	262
8.1.2.4. Citação do réu preso	262
8.1.2.5. Citação por hora certa	262
8.1.2.6. Citação por edital	264
8.1.2.7. Citação: revelia, suspensão do processo e do prazo prescricional	266
a) Panorama antes da reforma de 2008	267
b) A tentativa frustrada da reforma de 2008	270
c) Questão intertemporal	274
d) Produção antecipada de prova e prisão preventiva	275
8.1.3. Intimações	275
8.2. Procedimentos	276
8.2.1. Procedimento comum	277
8.2.1.1. Procedimento comum ordinário	278
a) Do recebimento e da rejeição da denúncia ou queixa: questões controvertidas	278
b) Da resposta e da absolvição sumária	282
c) Instrução e julgamento	283
8.2.1.2. Procedimento no Tribunal do Júri	286
8.2.1.2.1. Da primeira fase do Júri	288
a) Pronúncia	289
b) Impronúncia	291
c) Absolvição sumária	292
d) Desclassificação	293
e) Da preparação do julgamento em plenário	293

f) Do desaforamento	293
g) Composição do Tribunal do Júri e formação do Conselho de Sentença	295
h) Da reunião e das sessões do Tribunal do Júri	295
i) Da instrução em plenário	298
j) Da instrução plenária e o inquérito policial	300
k) Interrogatório do acusado e uso de algemas	302
l) Do registro e dos debates em plenário	303
m) Do questionário	307
n) Da votação dos quesitos	310
o) Da sentença	311
p) Da ata dos trabalhos e das atribuições do juiz presidente	313
8.2.1.3. Procedimento sumário	314
8.2.1.4. Procedimento sumaríssimo – Lei nº 9.099/1995	315
8.2.1.4.1. Dos Juizados e de sua competência	315
8.2.1.4.2. Procedimento	318
8.2.1.4.3. Da fase preliminar	319
8.2.1.4.4. Da representação e sua controvérsia	320
8.2.1.4.5. Transação penal e sua natureza jurídica	322
a) Transação como direito subjetivo do réu	323
b) Transação como poder discricionário do Ministério Público.....	325
c) A transação como ação penal <i>sui generis</i> (nossa posição).....	328
d) A transação na ação penal privada	333
e) O descumprimento do acordo – execução	334
f) A suspensão condicional do processo	336
g) Aspectos processuais e materiais do art. 89 e o juiz como diretor do processo	337
8.2.1.4.6. Oferecimento da denúncia e audiência de instrução ..	343
8.2.2. Procedimentos especiais	344
8.2.2.1. Procedimentos especiais do CPP	344
a) Crimes de responsabilidade dos funcionários públicos	344
b) Crime de calúnia e injúria	345
c) Crimes contra a propriedade imaterial	345
8.2.2.2. Procedimentos especiais em leis extravagantes	346
8.2.2.2.1. Procedimento na Lei nº 11.343/2006	346
8.2.2.2.2. Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006)	347
a) Do atendimento pela autoridade policial	348
b) Do procedimento e da competência	349
c) Controvérsias sobre competência e procedimento	351
d) Controvérsia sobre a representação	352
8.2.2.2.3. Dos Crimes de Trânsito – Controvérsias	352
a) Competência	353

b) Da investigação criminal no crime do art. 306 do CTB – O bafômetro	356
8.3. Questões prejudiciais e processos incidentes	357
8.3.1. Questões prejudiciais	357
8.3.2. Processos incidentes	358
8.3.2.1. Das exceções	358
a) Exceção de suspeição, impedimento e incompatibilidade	358
b) Exceção de incompetência	359
c) Exceção de litispendência e coisa julgada	360
d) Exceção de ilegitimidade	361
8.3.2.2. Restituição das coisas apreendidas	361
8.3.2.3. Incidente de falsidade	362
8.3.2.4. Incidente de insanidade mental	362

CAPÍTULO 9

Da Prova no Processo Penal	365
9.1. A prova e a busca da verdade	365
9.2. Apontamentos sobre a Teoria Geral da Prova	367
9.2.1. Prova: conceito, natureza jurídica, meios e objeto	367
9.2.2. O ônus da prova no processo penal	368
9.2.3. Princípios aplicáveis à prova no processo penal brasileiro	371
9.2.3.1. Princípios constitucionais referentes à prova	372
a) Princípio da dignidade da pessoa humana	372
b) Presunção de inocência	372
c) Princípio da inadmissibilidade das provas ilícitas	373
d) Princípio do contraditório	373
e) Princípio da publicidade	375
9.2.3.2. Princípios infraconstitucionais referentes à prova	376
a) Princípio da comunhão ou aquisição	376
b) Princípio do livre convencimento motivado e suas exceções	376
c) Princípio da liberdade probatória	377
d) Princípio da verdade real (ou material): a quebra de um mito	377
9.2.4. Provas ilícitas: teorias sobre vedação e admissão	381
9.2.4.1. Princípio da razoabilidade e proporcionalidade	383
9.2.4.2. Proporcionalidade e provas ilícitas	384
9.2.4.3. Proporcionalidade <i>pro reo</i>	384
9.2.4.4. Proporcionalidade <i>pro societate</i>	385
9.2.4.5. Prova ilícita na reforma processual de 2008	388
9.2.4.5.1. Prova ilícita por derivação (<i>fruits of the poisonous tree</i>)	389
9.2.4.5.2. Teorias da <i>independent source</i> (fonte independente)	

e da <i>inevitable discovery</i> (do descobrimento inevitável ou do curso hipotético de investigação)	390
9.2.4.5.3. Fontes independentes e descoberta inevitável na reforma processual de 2008 – controvérsias sobre o art. 157 do CPP	391
9.2.4.6. Vedação das provas astuciosas ou enganosas: flagrante preparado e interrogatório sub-reptício	392
9.2.5. Procedimento probatório	394
9.2.5.1. Sistemas de valoração das provas	395
9.2.5.2. Valoração da prova e resultado do processo	395
9.3. Das provas em espécie	396
9.3.1. Do interrogatório, da confissão e da delação	396
9.3.1.1. Interrogatório: natureza jurídica, conceito e características	396
a) Meio de prova	397
b) Meio de defesa	397
c) Natureza mista: meio de defesa e meio de prova	397
9.3.1.2. Interrogatório e art. 260 do CPP: leitura constitucional	398
9.3.1.3. Procedimento do interrogatório	399
9.3.1.4. Interrogatório em estabelecimento prisional e interrogatório por videoconferência	401
a) Interrogatório em estabelecimento prisional	401
b) Interrogatório por videoconferência: Lei nº 11.900/2009. Inconstitucionalidade	401
c) Condições e requisitos para o interrogatório por videoconferência	403
9.3.1.5. Direito ao silêncio e direito de mentir	404
9.3.1.6. Interrogatório de corréu	406
9.3.1.7. Confissão	406
9.3.1.8. Delação	408
9.3.2. Das perguntas ao ofendido	409
9.3.3. Da prova testemunhal	410
9.3.4. Do reconhecimento de pessoas e coisas e da reconstituição do crime	414
9.3.4.1. Reconhecimento de pessoa	414
9.3.4.2. Reconhecimento de coisa	415
9.3.4.3. Reconstituição do crime	415
9.3.5. Da acareação	415
9.3.6. Da Prova documental	416
9.3.7. Da prova pericial e exame de corpo de delito	417
a) Necropsia	420
b) Exumação	420
c) Exame de local	420
d) Exames laboratoriais e DNA	421
e) Lesões corporais leves e graves (exame complementar)	422

f) Exames grafotécnicos	422
g) Perícia sobre escalada, destruição ou rompimento de obstáculo.....	422
h) Laudo de avaliação	423
i) Exames de instrumento	423
j) Perícia para confronto de voz	423
9.3.8. Dos indícios	424
9.3.9. Da prova emprestada	425
9.3.10. Interceptações telefônicas, gravações ambientais e o problema da licitude da prova	426
9.3.11. Intervenções corporais	428
a) Busca pessoal ou “revistas”	428
b) Exames radiológicos e ecográficos	429
c) Extração de Sangue	429
d) Ordens para desnudar, intervenções anais e vaginais	429
e) Intervenções corporais: conclusão	430

CAPÍTULO 10

Processo Penal Cautelar	433
10.1. Prisão processual	434
10.1.1. Apontamentos sobre a teoria geral da prisão cautelar: princípios, requisitos, validade e características	434
10.1.2. As espécies de prisão processual	438
10.1.2.1. Prisão em flagrante	438
a) Flagrante próprio	439
b) Quase flagrante	440
c) Flagrante presumido	440
d) Flagrante em crime permanente e inviolabilidade do domicílio	441
e) Flagrante e crime habitual	442
f) Flagrante preparado e flagrante esperado	442
10.1.2.2. Prisão preventiva	445
a) Nossas posições	446
b) Prisão preventiva e sentença penal condenatória	449
10.1.2.3. Prisão temporária	450
10.1.2.4. Outras prisões (administrativa e civil)	452
10.1.3. O sistema de liberdade no curso do processo	453
10.1.3.1. Liberdade provisória	454
10.1.3.2. Liberdade provisória sem fiança	454
10.1.3.3. Liberdade provisória com fiança	455
10.1.3.4. Inafiançabilidade	456
10.1.4. Duração razoável da prisão provisória	458
10.1.4.1. Os prazos da prisão no sistema processual brasileiro	459

10.1.4.2. Uma interpretação do sistema para se fixar um prazo para a prisão provisória	460
10.1.4.3. A forma de contagem do prazo: sistema prazo a prazo, sistema global e sistema de fases	464
10.1.4.4. Prisão provisória: excepcionalidade e proporcionalidade	465
10.2. Medidas assecuratórias	466
10.2.1. Do sequestro	466
10.2.2. Da hipoteca legal	467
10.2.3. Do arresto	467
10.3. Busca e apreensão	468
10.3.1. Da busca domiciliar	469
10.3.2. Busca pessoal	473
10.4. Interceptação telefônica e quebra de sigilo telefônico	474
10.4.1. O regime da interceptação na Constituição de 1988	474
10.4.2. O regime infraconstitucional das interceptações: Lei nº 9.296/1996	476
10.4.2.1. Requisitos legais para a interceptação telefônica	477
10.4.2.2. Definição do objeto da investigação: limites subjetivos e objetivos e encontros fortuitos	478
10.4.2.3. A controvérsia doutrinária sobre a constitucionalidade do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 9.296/1996	480
10.4.2.4. Interceptação e prova emprestada	481
10.4.2.5. Gravação de conversa do investigado com advogado e familiares	482
10.4.2.6. Procedimento de interceptação	483
10.5. Quebra de sigilo bancário e fiscal	486

CAPÍTULO 11

Sentença	489
11.1. Conceito e classificação	489
11.2. Requisitos formais da sentença	491
11.3. Da sentença absolutória, seus efeitos e providências	493
11.4. Sentença condenatória, efeitos e providências	494
11.4.1. Efeitos e providências	496
11.5. Publicação e intimação da sentença	497
11.5.1. Intimação da sentença	498

CAPÍTULO 12

Coisa Julgada	501
12.1. Conceito, natureza jurídica e classificação	501
12.2. Coisa julgada e revisão criminal	502
12.3. Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada	503
12.4. Limites objetivos da coisa julgada no concurso formal,	

nos crimes continuados e nos crimes habituais e permanentes	504
12.4.1. Concurso formal	504
12.4.2. Crime continuado	505
12.4.3. Crimes habituais e permanentes	507
12.5. Eficácia preclusiva da coisa julgada	507

CAPÍTULO 13

Das Nulidades	509
13.1. Defeitos dos atos processuais (inexistência, irregularidade e nulidade)	509
13.2. Nulidade absoluta e nulidade relativa	510
13.3. Efeitos da nulidade	512
13.4. Prevalência das impeditivas	513
13.5. Nulidades sanáveis e insanáveis	514

CAPÍTULO 14

Recursos no Processo Penal e Ações Autônomas de Impugnação	515
14.1. Princípio do duplo grau de jurisdição	515
14.2. Limite do duplo grau de jurisdição	517
14.3. Teoria Geral dos recursos	518
14.3.1. Recursos e ações autônomas de impugnação	518
14.3.2. Conceito, natureza jurídica e características dos recursos	518
14.3.3. Classificação	519
14.4. Princípios Gerais dos Recursos	520
14.4.1. Taxatividade	520
14.4.2. Unirrecorribilidade/Unicidade – art. 593, § 4º, CPP	520
14.4.3. Variabilidade ou suplementação dos recursos?	521
14.4.4. Complementaridade dos recursos	521
14.4.5. Conversão	521
14.4.6. Fungibilidade dos recursos (art. 579 do CPP)	521
14.4.7. Voluntariedade	522
14.4.8. Dialeticidade	522
14.4.9. Disponibilidade dos recursos	522
14.4.10. Irrecorribilidade das decisões interlocutórias	523
14.4.11. Personalidade dos recursos	523
a) Proibição de <i>reformatio in pejus</i> (reforma para pior)	523
b) Admissão da <i>reformatio in melius</i> e sua controvérsia	524
c) <i>Reformatio in pejus</i> indireta	524
14.5. Efeitos dos recursos	525
14.5.1. Devolutivo	525
14.5.2. Suspensivo (suspensão dos efeitos da decisão)	526
14.5.3. Extensivo	526

14.5.4. Iterativo	526
14.6. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	526
14.6.1. Juízo de admissibilidade – prelibação	526
14.6.2. Juízo de mérito ou libação	527
14.6.3. Requisitos de admissibilidade – condições de admissibilidade e pressupostos recursais	527
14.6.3.1. Condições recursais	528
a) Legitimidade	528
b) Interesse em recorrer	528
c) Possibilidade jurídica do pedido (cabimento)	529
14.6.3.2. Pressupostos recursais	529
a) Órgão constitucional competente	529
b) Capacidade	529
c) Regularidade na interposição do recurso	530
d) Tempestividade	530
e) Preparo	531
f) Inexistência de fatos extintivos ou impeditivos	531
14.7. Dos recursos em espécie	532
14.7.1. Recurso em sentido estrito (581, CPP)	532
14.7.1.1. Conceito e denominação	532
14.7.1.2. Rol taxativo	532
14.7.1.3. Hipóteses legais	533
14.7.1.4. Competência para julgamento – TJ	535
14.7.1.5. Efeitos	535
14.7.1.6. Procedimento e processamento	535
14.7.2. Apelação	536
14.7.2.1. Conceito	536
14.7.2.2. Espécies	536
14.7.2.3. Condições recursais	537
a) Possibilidade jurídica – cabimento	537
b) Legitimidade para apelar	539
14.7.2.4. Apelação e prisão cautelar	541
14.7.2.5. Procedimento da apelação	541
14.7.2.6. Efeitos	542
14.7.3. Embargos declaratórios e pedido de declaração de sentença	543
14.7.3.1. Procedimento dos embargos declaratórios	543
14.7.3.2. Julgamento dos embargos declaratórios	545
14.7.4. Embargos infringentes e de nulidade (art. 609, CPP)	545
14.7.5. Agravos	547
14.7.6. Carta testemunhável	547
14.7.7. Correição parcial	548
14.7.8. Recurso extraordinário e recurso especial	549

14.7.8.1. Legitimidade e interesse	550
14.7.8.2. Procedimento	550
14.7.8.3. Agravo de instrumento contra denegação do recurso extraordinário e do recurso especial	551
14.7.8.4. Efeitos	552
14.7.9. Recurso ordinário constitucional	553
14.8. Ações autônomas de impugnação	553
14.8.1. Revisão criminal	554
14.8.1.1. Conceito e natureza jurídica	554
14.8.1.2. Fundamentos para a revisão criminal	555
14.8.1.3. Condições da ação	556
14.8.1.4. Reiteração de pedido	556
14.8.1.5. Revisão criminal e soberania dos veredictos	557
14.8.1.6. Capacidade postulatória – necessidade de prisão – prazo para o exercício	557
14.8.1.7. Competência	557
14.8.1.8. Procedimento	558
14.8.1.9. Antecipação de tutela (liminar)	559
14.8.1.10. Sentença, recursos e coisa julgada	559
14.8.2. <i>Habeas Corpus</i>	560
14.8.2.1. Origem e natureza jurídica	560
14.8.2.2. Espécie de <i>habeas corpus</i> : liberatório e preventivo	561
14.8.2.3. Condições da ação	561
14.8.2.4. Competência	563
14.8.2.5. Procedimento	564
14.8.2.6. Sentença e coisa julgada	565
14.8.3. Mandado de segurança	565
14.8.3.1. Condições da ação	565
a) Possibilidade jurídica	565
b) Interesse de agir	566
c) Legitimidade	566
14.8.3.2. Procedimento	567
14.8.4. Das reclamações	568

CAPÍTULO 15

Execução Penal	571
15.1. Considerações iniciais	571
15.2. Princípios constitucionais incidentes sobre a execução penal	572
15.3. Dos órgãos da execução penal	573
15.4. Dos estabelecimentos penais	574
15.5. Do condenado	575

15.5.1. Da classificação dos condenados	575
15.6. Da assistência	576
15.7. Do trabalho	576
15.8. Dos direitos e deveres do condenado	577
15.9. Da disciplina e das infrações administrativas e suas respectivas sanções	577
15.9.1. RDD – Regime disciplinar diferenciado	578
15.10. Da competência executória	580
15.11. Do processo executório	580
15.11.1. Da execução provisória da pena	581
15.11.2. Execução das penas em espécie	582
15.11.2.1. Da execução das penas privativas de liberdade	582
15.12. Do procedimento	583
15.13. Da dinâmica da execução	584
Bibliografia	585
Índice remissivo	595